

Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): uma análise da cobertura espacial na Região Nordeste

Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): an analysis of spatial coverage in the northeast region.

Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): un análisis de la cobertura espacial en la región nordeste.

Cletiane Medeiros Costa de Araújo

Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Departamento de Gestão Pública, João Pessoa, Paraíba, Brasil

cletiane.araujo@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-8615-0979>

Ítalo Fittipaldi

Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais, Departamento de Ciências Sociais, João Pessoa, Paraíba, Brasil

italofittipaldi@gmail.com.br | <https://orcid.org/0000-0003-2314-4413>

Saulo Felipe Costa

Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais, João Pessoa, Paraíba, Brasil

s.felipe@hotmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-7175-0912>

Resumo

O presente artigo buscou analisar o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) na região Nordeste, a partir da análise de cobertura espacial do Programa no ano de 2020. A abordagem espacial da execução do PDDE possibilitou identificar possíveis desigualdades no acesso a serviços de melhoria estrutural e/ou pedagógicas das escolas em decorrência da sua localização territorial (áreas urbana e rural). A análise descritiva e inferencial (utilizando modelos de estimação pelo método dos mínimos quadrados) foi focada nas unidades gestoras pertencentes às redes públicas municipais dos estados da região Nordeste. Os achados da pesquisa empírica sugerem possível efeito da alocação desses recursos para o combate ao analfabetismo entre crianças e jovens na região, enfatizando assim a importância do PDDE como um importante vetor de contribuição para a cidadania em uma região marcada pelas desigualdades socioeconômicas.

Palavras-chave: Políticas públicas. Financiamento da educação. Programa dinheiro direto na escola.

Abstract

This article sought to analyze the Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) in the Northeast region, based on the analysis of the Program's spatial coverage in 2020. The spatial approach to the execution of the PDDE made it possible to identify possible inequalities in access to structural improvement services and/or pedagogical aspects of schools due to their territorial location (urban and rural areas). The descriptive and inferential analysis (using estimation models using the least squares method) was focused on management units belonging to municipal public networks in states in the Northeast region. The findings of the empirical research suggest a possible effect of allocating these resources to combat illiteracy among children and young people in the region, thus emphasizing the importance of the PDDE as an important vector of contribution to citizenship in a region marked by socioeconomic inequalities.

Artigo recebido em: 16/10/2023 | Aprovado em: 04/11/2024 | Publicado em: 02/12/2024

Como citar:

ARAÚJO, Cletiane Medeiros Costa de; FITTIPALDI, Ítalo; COSTA, Saulo Felipe. Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): uma análise da cobertura espacial na Região Nordeste. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora: UFJF, v. 14, p. 1-19, e42488, 2024. ISSN 2237-9444. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2024.v14.42488>.

Keywords: Public policies. Education financing. Programa dinheiro direto na escola.

Resumen

Este artículo buscó analizar el Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) en la región Nordeste, a partir del análisis de la cobertura espacial del Programa en 2020. El enfoque espacial de la ejecución del PDDE permitió identificar posibles desigualdades en el acceso a servicios de mejora estructural y/o aspectos pedagógicos de las escuelas por su ubicación territorial (áreas urbanas y rurales). El análisis descriptivo e inferencial (utilizando modelos de estimación por el método de mínimos cuadrados) se centró en unidades de gestión pertenecientes a redes públicas municipales en estados de la región Nordeste. Los hallazgos de la investigación empírica sugieren un posible efecto de la asignación de estos recursos para combatir el analfabetismo entre niños y jóvenes de la región, enfatizando así la importancia del PDDE como un importante vector de contribución a la ciudadanía en una región marcada por desigualdades socioeconómicas.

Palabras clave: Políticas públicas; Financiamiento de la educación; Programa dinheiro direto na escola.

1 Introdução

A adoção recorrente de sistemática de práticas de transparência na gestão e utilização dos recursos públicos impulsionou, nos últimos anos, o movimento de análise de políticas públicas fundamentadas em evidências (PPBE). Esse movimento buscou identificar as decisões governamentais fundamentadas em evidências que possibilitem o aprendizado na entrega da política pública, promovendo uma cultura de avaliação contínua e adaptabilidade no setor público. Dessa forma, a avaliação de política pública, ganha centralidade analítica enquanto um processo de aprendizagem da política (learning policy), acerca da adoção da lógica avaliativa da PPBE (Howlett et al., 2013).

No Brasil, a avaliação de um dos maiores programas federais de financiamento da educação básica, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), é essencial para o aprimoramento do Programa e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade da educação básica pública oferecida em todo o território nacional. Com essa visão, o artigo em tela realizou uma análise espacial do PDDE, pautado pelos repasses financeiros do Programa na região Nordeste no período recente. Dessa forma, acredita que esse esforço analítico pode propiciar aos gestores governamentais, escolares e sociedade de uma forma geral, subsídios capazes de destacar os principais achados e os possíveis efeitos dessa política no que diz respeito a um dos entraves tradicionais na área educacional, isto é, no grau de analfabetismo infantil.

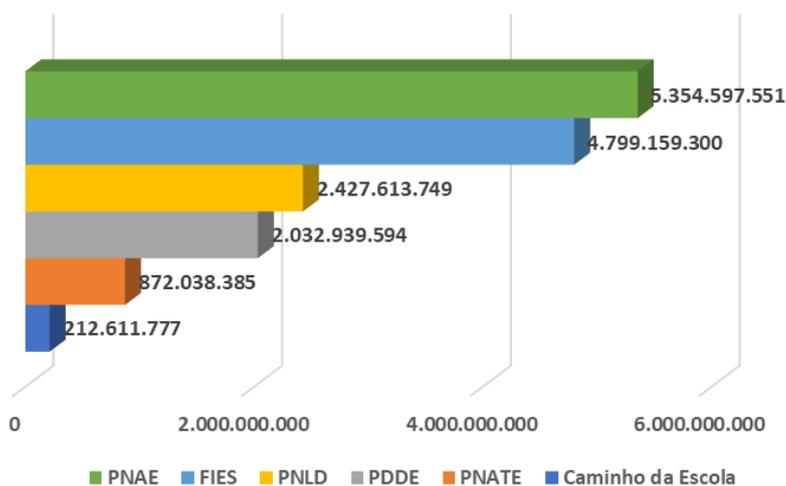
O presente esforço analítico está distribuído em 3 seções, para além desta introdução. A primeira seção consiste numa compilação histórica e institucional sobre o PDDE, buscando delimitá-lo como um importante objeto de análise. Na sequência, é apresentado a metodologia, identificando o contexto descritivo do mapeamento espacial das escolas públicas (estadual e municipal) na região nordeste (de forma agregada e desagregada por unidade federativa). Na seção seguinte são apresentados os principais resultados e discussões que lastrearam as análises descritivas e inferenciais. Por fim, na terceira, são delineadas algumas considerações com o objetivo de suscitar uma visão panorâmica das evidências encontradas, bem como contribuir para a agenda de pesquisa sobre as implicações dos programas governamentais educacionais no país.

2 Qual é a importância do PDDE?

Essa indagação é crucial para compreender a contribuição pretendida, visando destacar os possíveis efeitos de um programa educacional em funcionamento há muitos anos, mas que possui uma agenda de pesquisa aplicada ainda restrita. É essencial destacar o objetivo do PDDE, uma ação do Governo Federal voltada a fornecer suporte financeiro adicional às escolas – com caráter suplementar –, sendo reconhecido como um relevante mecanismo de financiamento da educação no Brasil. Além disso, o PDDE visa promover uma gestão mais dinâmica, colaborativa e participativa dos recursos escolares, com o intuito de fortalecer a autonomia administrativa, o empoderamento social da comunidade escolar e a qualidade da educação (Mafesoli, 2015; Gomes et al., 2017; Ceolin et al., 2018; Silva et al., 2020).

O orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em 2023 foi de R\$ 84,3 bilhões, sendo ampliado em 2024 para R\$ 99,6 bilhões, o qual destacam-se a gestão dos principais programas na área educacional, a saber: Caminho da Escola; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolas (PNATE) e propriamente o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Quando comparado aos distintos Programas é perceptível a importância do PDDE como vetor de financiamento da educação básica, dada a natureza de sua destinação e a magnitude dos recursos alocados, conforme demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Principais Programas Educacionais do FNDE (2023).



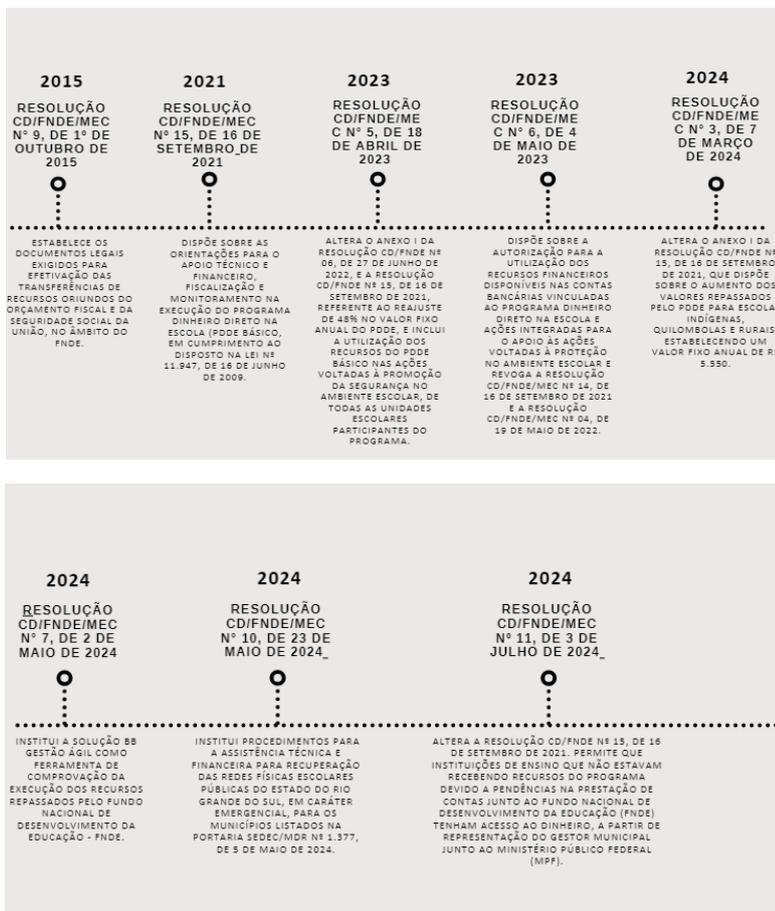
Fonte: Elaboração própria a partir de Relatório de Gestão do FNDE 2023a.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) foi implementado dentro do contexto de reforma do Estado brasileiro, fundamentado em princípios de descentralização das políticas sociais. Durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), buscou-se estruturar uma ampla reforma nos mecanismos de políticas públicas e na administração estatal, culminando na criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). Essa reforma foi guiada pelo Plano Diretor da Reforma do Estado, que enfatizava o uso racional dos

recursos públicos, promovendo a reestruturação organizacional do Estado por meio de iniciativas de descentralização, desburocratização e foco na avaliação de resultados.

Durante a década de 1990, o PDDE, que até 1995 era denominado Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE), ganhou relevância como instrumento de financiamento da educação básica, consolidando sua importância com regulamentações que definem procedimentos de repasse, funcionamento e abrangência do programa (MAFASSIOLI, 2015). Inicialmente restrito ao ensino fundamental, o PDDE foi ampliado em 2009 para incluir repasses destinados à educação infantil e ao ensino médio, cobrindo outras etapas da educação básica. Atualmente, o ordenamento legal do PDDE foi consistentemente ampliado, levando em consideração um conjunto de demandas, como a elevação dos recursos repassados as escolas indígenas e quilombolas e rurais, recuperação das escolas no estado do Rio Grande do Sul em caráter emergencial, dentre outros.

Figura 1: Resoluções atuais do PDDE (2024).

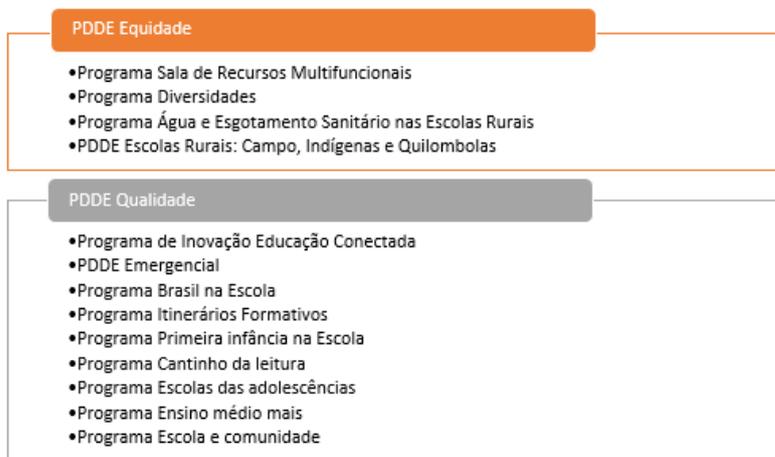


Fonte: Adaptado a partir do FNDE (várias resoluções). Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/resolucoes-e-formularios>. Acesso em: 20 out. 2024.

O PDDE implementa ações integradas com o objetivo de melhorar a infraestrutura e a qualidade da educação nas escolas. Essas ações, fundamentadas em legislações específicas, visam garantir um ambiente escolar mais seguro e

inclusivo. As ações integradas são divididas em duas principais categorias, são eles PDDE Equidade que apresentam quatro ações específicas e PDDE Qualidade com nove programas.

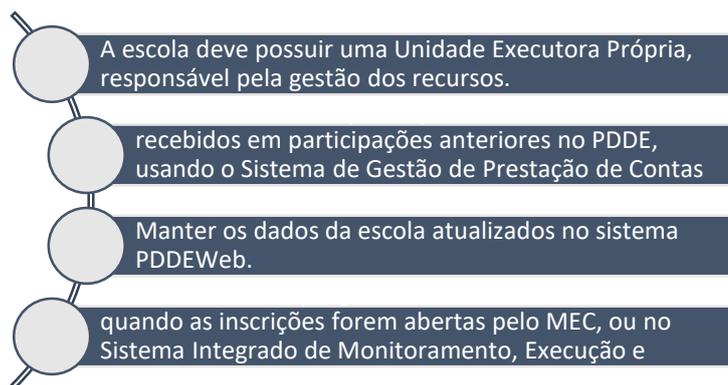
Figura 2: Ações Integradas do PDDE (2024).



Fonte: Adaptado a partir do FNDE. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/acoes-integradas-1> Acesso: 20 out. 2024.

É importante salientar que, apesar de haver um modus operandi semelhante na transferência e gestão dos recursos repassados às ações integradas, cada programa possui objetivos e públicos-alvo específicos, conforme estabelecido em suas legislações próprias. Além disso, é fundamental destacar os critérios específicos estabelecidos para a participação em cada programa, que são os seguintes:

Figura 3: Critérios básicos de participação nos Programas PDDE e Ações Integradas.



Fonte: Adaptado a partir do FNDE. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/acoes-integradas-1> Acesso: 20 out. 2024.

Nesse contexto, a política do PDDE, devido à sua ampla abrangência, configura-se como uma das mais importantes iniciativas de financiamento da União para estados e municípios na área da educação básica. O programa contribui para

estabelecer um novo padrão de gestão escolar e financeira nas escolas públicas brasileiras. De forma geral, as ações desenvolvidas pelo PDDE englobam diversas atividades e visam melhorar tanto a infraestrutura física quanto pedagógica das escolas, além de fortalecer a autogestão escolar nos âmbitos financeiro, administrativo e didático, com o objetivo de elevar os índices de desempenho na educação básica.

Dessa forma, destaca-se a importância de fomentar uma agenda de pesquisa sobre a avaliação de políticas educacionais baseadas em evidências, buscando tanto orientar o papel do Estado quanto ampliar o conhecimento sobre um programa de longa duração, mas pouco difundido, como é o caso do PDDE. A maior compreensão das ações do programa pode abrir novas perspectivas para a análise dessa política pública (Adrião; Peroni, 2007; Vianna, 2020).

3 Metodologia

Destaca-se a importância de estudos empíricos na área da Educação, especialmente na avaliação de programas governamentais que utilizem um conjunto robusto de dados. Esse esforço analítico não apenas contribui para a análise de políticas públicas e seus possíveis efeitos, mas também fortalece a agenda de pesquisa voltada para programas educacionais governamentais.

Baseado nas informações consolidadas do PDDE no ano de 2020, o em artigo em tela buscou mapear a distribuição dos recursos do Programa entre as unidades gestoras localizadas nos nove estados da região Nordeste, foram eles: Alagoas (AL), Bahia (BA), Ceará (CE), Maranhão (MA), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Piauí (PI), Sergipe (SE) e Rio Grande do Norte (RN). A abordagem espacial da execução do PDDE visou identificar a existência de possíveis desigualdades no acesso a serviços de melhoria estrutural e/ou pedagógicas das escolas – ações foco do PDDE - em decorrência da sua localização territorial (Urbana e Rural).

Inicialmente observou-se a distribuição espacial do quantitativo de escolas públicas (Estadual e Municipal) da região Nordeste, sinalizando que as mais de 50 mil escolas dessas redes não estão distribuídas em conformidade com o quantitativo de municípios dos estados da região, exibindo ofertas de unidades escolares em desequilíbrio com a demanda potencial. Com base nos dados da Quadro 1 a seguir, é possível observar que, em termos absolutos, os estados da Bahia, Ceará e Maranhão, respectivamente, possuem o maior quantitativo de oferta de escolas, enquanto Sergipe exhibe o menor número de unidades escolares.

Quadro 1: Distribuição Espacial do Quantitativo de Escolas da Rede Pública Estadual e Municipal na Região Nordeste (2020).

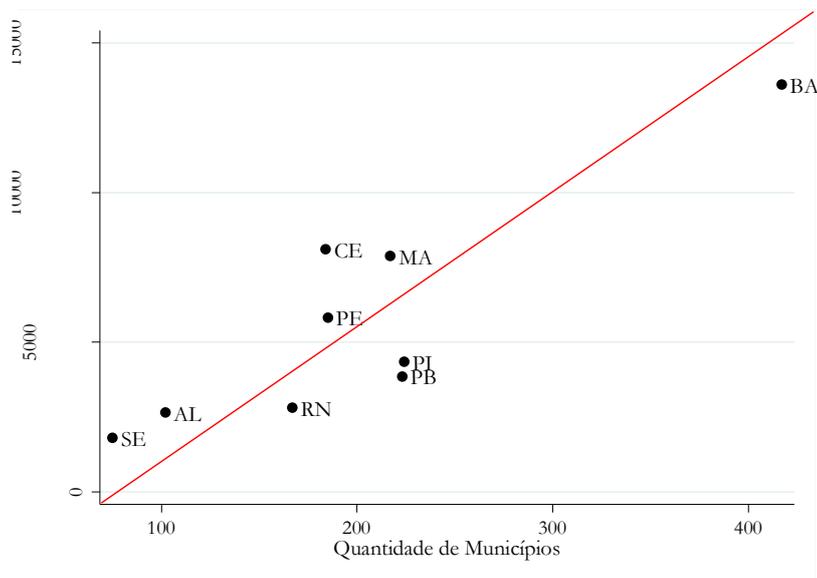
UF	Quantidade de Municípios	Escolas Estaduais	Escolas Municipais	Total de Escolas	% do Total de Escolas
AL	102	371	2.280	2.651	5,2
BA	417	1.567	12.045	13.612	26,7
CE	184	1.019	7.096	8.115	15,9
MA	217	738	7.149	7.887	15,5
PB	223	865	2.995	3.860	7,6
PE	185	1.080	4.733	5.813	11,4
PI	224	838	3.512	4.350	8,5
RN	167	699	2.108	2.807	5,5
SE	75	370	1.431	1.801	3,5
Total	1.794	7.547	43.349	50.896	100,0

Fonte: INEP. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/dados_abertos/sinopses_estatisticas/sinopses_estatisticas_censo_escolar_2020.zip. Acesso em: 10 out. 2023.

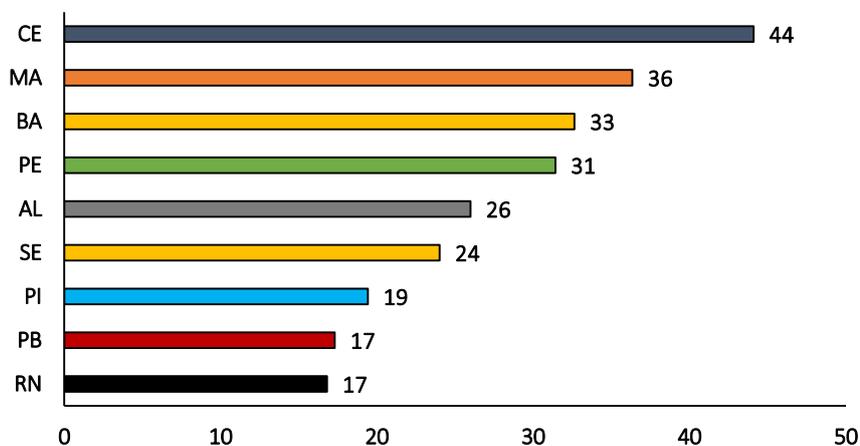
Contudo, ao se analisar esses dados por quantidade de municípios a distribuição espacial das escolas na região apresentou uma outra configuração. O Gráfico 2 mostra que cinco estados possuem uma oferta de unidades escolares superior ao seu quantitativo de municípios (estados acima da linha vermelha), enquanto que nos demais estados da região a oferta é mais concentrada (estados abaixo da linha vermelha), e apenas o estado de Pernambuco apresenta uma quantidade de escolas mais ajustada ao quantitativo de cidades (proximidade com a linha vermelha). Por sua vez, a média do total de escolas por município (redes públicas municipais e estaduais) é outra maneira de se evidenciar o padrão irregular da oferta de educação pública na região, conforme é possível observar no Gráfico 3.

Gráfico 2: Relação entre a Oferta da Rede Pública (Municipal e Estadual) e a Quantidade de Municípios (2020).



Fonte: INEP. Disponível em: https://download.inep.gov.br/dados_abertos/sinopses_estatisticas/sinopses_estatisticas_censo_escolar_2020.zip. Acesso em: 10 out. 2023.

Gráfico 3: Média da Quantidade de Escolas da Rede Pública (Estadual e Municipal) por Município dos Estados da Região Nordeste (2020).

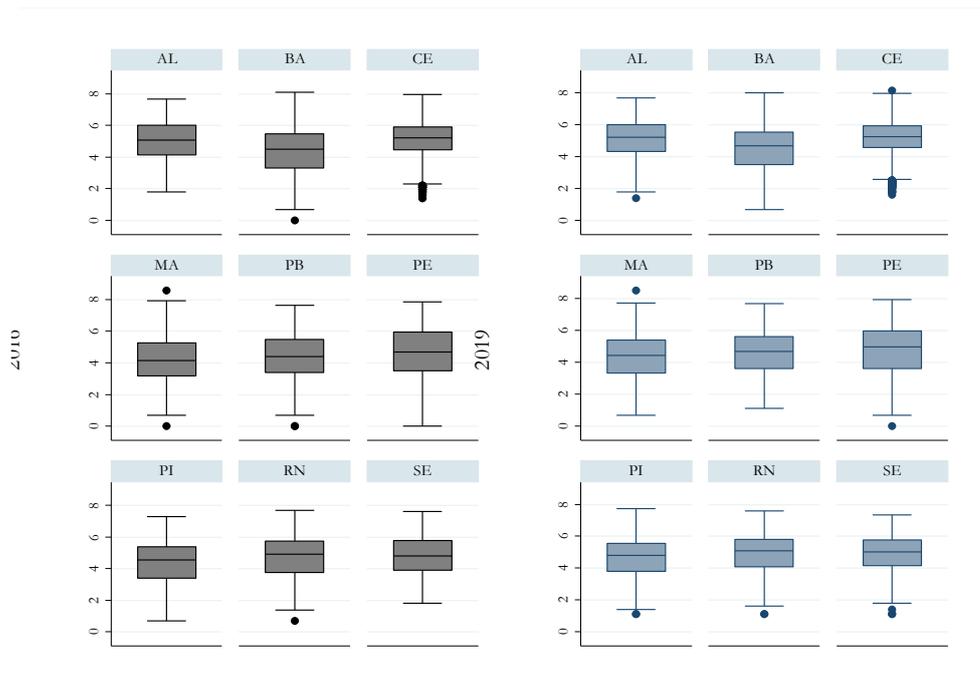


Fonte: https://download.inep.gov.br/dados_abertos/sinopses_estatisticas/sinopses_estatisticas_censo_escolar_2020.zip. Acesso em: 10 out. 2023.

Embora a distribuição espacial da quantidade de escola apresente certa dissonância em termos de unidades por município, o tamanho dessas unidades escolares, por quantidade de alunos matriculados, exibe um padrão mais convergente. Observa-se que não há alterações na configuração do tamanho das escolas nos estados da região do ano de 2016 para o ano de 2019, sugerindo que o esforço organizacional de gerenciar tais unidades de ensino, dada a dimensão de suas estruturas administrativas para atender à demanda é, em certa medida,

uniforme entre as escolas das redes públicas da região Nordeste, conforme demonstrado no Gráfico 4. Esse padrão de relativa uniformidade administrativa das escolas foi importante para dois pontos: i) contextualizou a disposição do público alvo do PDDE (escolas públicas da região nordeste); ii) subsidiou a configuração metodológica da seleção amostral das escolas na região, para fins de análise dos possíveis efeitos da cobertura espacial dos recursos do Programa em relação a taxa de analfabetismo, que será apresentada na próxima seção.

Gráfico 4: Quantidade de Alunos Matriculados nas Redes Municipais e Estaduais na Região Nordeste. (Quantidade de alunos em escala logarítmica). Período: 2016 e 2019.



Fonte:

https://download.inep.gov.br/dados_abertos/sinopses_estatisticas/sinopses_estatisticas_censo_escolar_2020.zip. Acesso em: 10 out. 2021.

4 A distribuição espacial dos recursos do PDDE

Cotejando os dados da participação relativa das redes públicas municipais de cada estado da região com o percentual de repasses do PDDE às unidades gestoras pertencentes à essas redes verificou-se uma distribuição homogênea dos recursos do programa na região Nordeste. Os valores repassados estão relacionados proporcionalmente com o tamanho das redes municipais públicas de cada estado, não havendo assim distorções alocativas na dimensão espacial da política pública em tela, conforme Quadro 2 a seguir.

Quadro 2: Distribuição de Recursos do PDDE (2020)

UF	Quantidade de Unidades Gestoras	% (A)	Recursos Repassados (em R\$)	% (B)	Diferença de % (B-A)
AL	2.280	5,26	10.900.000,00	5,53	0,27
BA	12.045	27,79	55.100.000,00	27,95	0,16
CE	7.096	16,37	32.600.000,00	16,54	0,17
MA	7.149	16,49	32.400.000,00	16,43	-0,06
PB	2.995	6,91	12.500.000,00	6,34	-0,57
PE	4.733	10,92	25.800.000,00	13,09	2,17
PI	3.512	8,10	13.200.000,00	6,70	-1,41
RN	2.108	4,86	8.254.220,00	4,19	-0,68
SE	1.431	3,30	6.400.130,00	3,25	-0,05
Total	43.349	100,00	197.154.350,00	100,00	-

Fonte: Elaboração própria. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaOTMwNzU5ZWYtZTY3Yy00MGi2LWE0ZTgtYzYzVIZTQ5ZDRiYTBlIiwidCI6ImNmODQ1NGQzLWUwMTItNGE5ZC05NWZLTcwYmRiNmYONTikNSJ9>. Acesso em: 15 out. 2023.

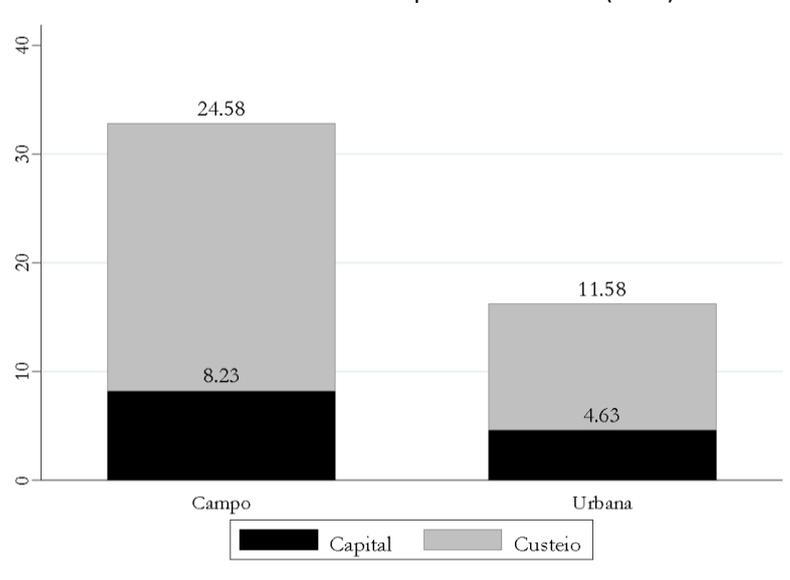
Duas pequenas desigualdades foram observadas nos estados de Pernambuco e Piauí. No primeiro, os valores repassados ficaram 2,17% acima da participação relativa das redes públicas municipais do estado no conjunto das redes municipais públicas da região como um todo. Diferentemente, no caso do Piauí, as redes públicas municipais dessa territorialidade receberam recursos de -1,41% em comparação à participação relativa de suas redes no total das redes públicas municipais no Nordeste, conforme pode ser observado na primeira coluna da direita do Quadro 3 apresentado. Em todos os demais estados a diferença entre o peso relativo das redes públicas municipais e sua participação no total de recursos repassados do PDDE na região ficam abaixo de 1% em módulo. Essa equidade no acesso a serviços de melhoria estrutural e/ou pedagógicas das escolas sugere a boa adequação do Programa às demandas advindas da região e uma cobertura espacial dos recursos compatíveis com a distribuição territorial das unidades gestoras pertencentes às redes públicas municipais.

Por seu turno, é importante frisar a distinção conceitual relativa aos possíveis propósitos dos repasses financeiros às escolas. De acordo com o Guia de execução dos recursos do PDDE, existem dois tipos de despesas que são previstas nos repasses, são elas: despesas com custeio e despesas com capital. As despesas com custeio correspondem a gastos para manutenção dos serviços que não

contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. São exemplos de despesas de custeio: aquisição de material de consumo, contratação de terceiros para a execução de serviços e manutenção de equipamentos. As despesas com capital, também conhecidas como investimentos, correspondem a gastos para a produção ou geração de novos bens ou serviços que serão incorporadas ao patrimônio, ou seja, que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital. São exemplos de despesas de capital: aquisição de equipamentos e de materiais permanentes.

Os dados concernentes à natureza dos recursos repassados – repasses para capital ou para custeio – e sua alocação entre unidades gestoras localizadas em áreas urbanas e as situadas em espaços rurais, quando analisadas em termos per capita (por aluno matriculado nas respectivas redes públicas municipais) para o Nordeste como um todo, revelaram o predomínio da destinação para manutenção da estrutura física das unidades. Enquanto, em média, as unidades gestoras rurais utilizam R\$ 24,58 por aluno no custeio de seu funcionamento, as unidades das áreas urbanas destinam R\$ 11,58 para a mesma finalidade. Destaca-se que a alocação dos repasses do PDDE para custeio pelas unidades gestoras das redes públicas municipais de áreas rurais, em termos médio per capita, no ano de 2020 foi mais que o dobro dos valores utilizados nessas rubricas pelas unidades das áreas urbanas, como mostra o Gráfico 5. A complexidade da estrutura física das unidades gestoras no campo e o menor quantitativo de alunos a elas vinculados é o que parece explicar uma alocação do gasto em custeio por aluno 112,3% superior ao registrado pelas unidades das áreas urbanas.

Gráfico 5: Valor Médio (em R\$) dos Repasse para Capital e para Custeio por Aluno das Redes Municipais do Nordeste (2020).



Fonte: Elaboração própria. Disponível em:

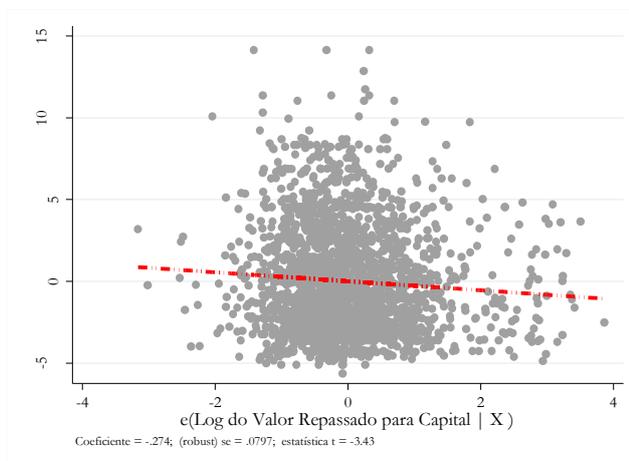
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiOTMwNzU5ZWYtZTY3Yy00MG12LWE0ZTgtYzVIZTQ5ZDRiYTBlIiwidCI6ImNmODQ1NGQzLWUwMTItNGE5ZC05NWwzLTcwYmRiNmY0NTIknNSJ9>.

Desagregando a análise da natureza alocativa dos recursos do Programa pelas unidades federativas na região e áreas rurais e urbanas da distribuição espacial das unidades gestoras das redes públicas municipais, o padrão de prevalência dos

apontar para uma falta de planejamento de ações na esfera estrutura e/ou pedagógica para melhoria do serviço ofertado.

A partir de uma análise preliminar sobre possíveis efeitos da alocação de recursos do Programa nos níveis de escolaridade dos estados da região, observou-se que, em média, e *ceteris paribus*, os valores repassados para despesas de capital em unidades gestoras localizadas em áreas urbanas parecem contribuir para uma redução na taxa de analfabetismo na faixa etária de 11 a 14 anos. Estima-se que um aumento de 10% no valor repassado para esse tipo de despesa poderia reduzir em cerca de 2 pontos percentuais a taxa de analfabetismo nessa faixa etária, conforme ilustrado no Gráfico 7.

Gráfico 7: Efeito Estimado do Valor Repassado para Capital sobre o Analfabetismo entre 11 e 14 Anos nas Áreas Urbanas da Região Nordeste (2020).



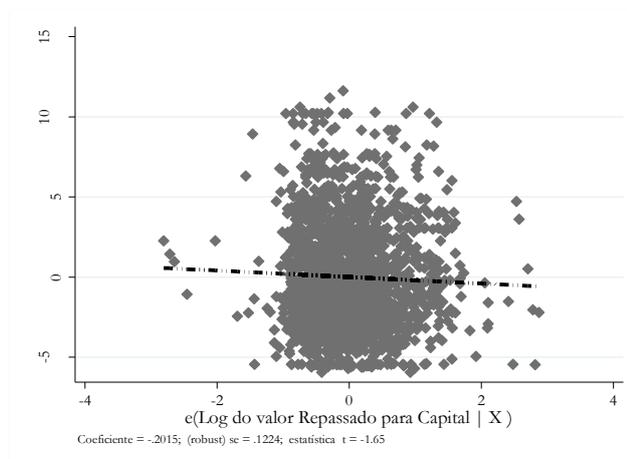
Fonte: Elaboração própria. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiOTMwNzU5ZWYtZTY3Yy00MG12LWE0ZTgtYzVIZTQ5ZDRiYTBlIiwidCI6ImNmODQ1NGQzLWUwMTItNGE5ZC05NWZlLTcwYmRiNmYONTkNSj9>

Acesso em: 15 out. 2023.

Por outro lado, o mesmo efeito não foi observado quando a análise relaciona a alocação de repasses para capital às unidades gestoras de áreas rurais da região Nordeste. Neste caso, não foi encontrada uma relação estatisticamente significativa para a associação entre valor repassado de capital e redução do analfabetismo entre 11 e 14 anos, como pode ser observado no Gráfico 8, onde a linha pontilhada preta está pouco inclinada em relação ao eixo horizontal.

Gráfico 8: Efeito Estimado do Valor Repassado para Capital sobre o Analfabetismo entre 11 e 14 Anos nas Áreas Rurais da região Nordeste (2020).



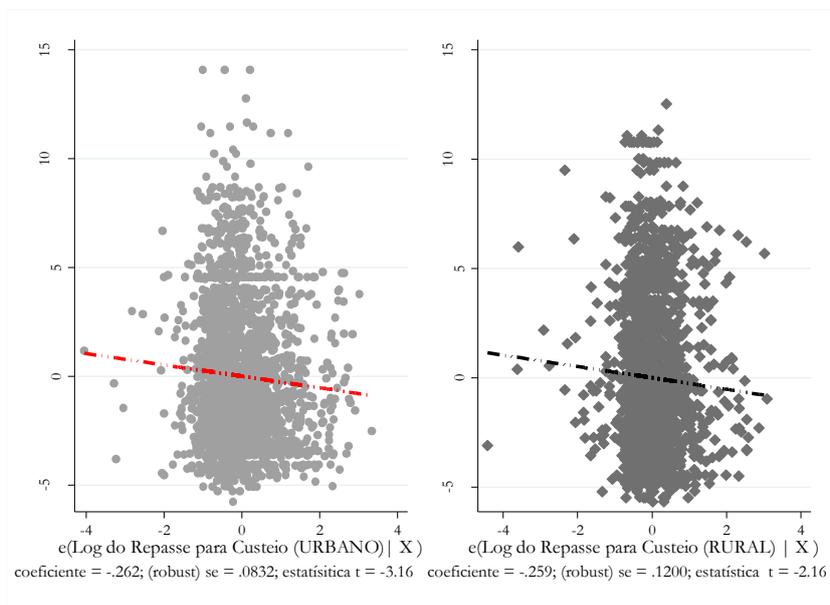
Fonte: Elaboração própria. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaOTMwNzU5ZWYtZTY3Yy00MGI2LWE0ZTgtYzVlZTQ5ZDRiYTBlIiwidCI6ImNmODQ1NGQzLWUwMTItNGE5ZC05NWVzLTcwYmRiNmYONTlkNSJ9>. Acesso em: 15 out. 2023.

É importante destacar que essa análise foi realizada com o uso de modelos de estimação pelo método dos mínimos quadrados, aplicando erro padrão robusto, com 2.124 observações para as unidades gestoras localizadas em áreas urbanas e 1.933 observações com unidades gestoras situadas nas áreas rurais da região Nordeste, e seus possíveis efeitos sobre a taxa de analfabetismo observado nos 9 estados.

Por sua vez, os repasses de custeio do PDDE tanto para unidades gestoras de áreas urbanas quanto nas de áreas rurais contribuem para a redução da taxa de analfabetismo municipal entre a faixa etária de 11 a 14 anos em seus respectivos estados. Os coeficientes das estimações exibem efeitos de magnitude distintos, mas ambos contribuindo para a redução do analfabetismo, mostrando-se estatisticamente significantes. Por exemplo, para incrementos de 10% no valor do repasse para custeio destinados às unidades gestoras localizadas em zonas urbanas observou-se, em média e *ceteris paribus*, uma redução de 2,62 pontos percentuais na taxa de analfabetismo na faixa etária analisada nos respectivos estados. Enquanto o efeito estimado dos valores repassados para custeio em áreas rurais sobre a taxa de analfabetismo entre 11 e 14 anos, considerando o mesmo montante de incremento do exemplo anterior, a queda é de 2,59 pontos percentuais, conforme demonstrado no Gráfico 9.

Gráfico 9: Efeito Estimado do Valor Repassado para Custeio sobre o Analfabetismo entre 11 e 14 Anos nas Áreas Urbanas e Rurais da Região Nordeste.



Fonte: Elaboração própria. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiOTMwNzU5ZWYtZTY3Yy00MG12LWE0ZTgtYzVlZTQ5ZDRiYTBlIiwidCI6ImNmODQ1NGQzLWUwMTItNGE5ZC05NWZlLWVhYmY0NTI0NTkNSj9>

Acesso em: 15 out. 2023.

Destaca-se aqui, a importância de uma política pública voltada para a autonomia financeira das unidades escolares e o possível efeito da alocação desses recursos para o combate ao analfabetismo entre crianças e jovens. Embora não seja o objetivo direto do PDDE, os repasses financeiros para educação vêm se mostrando um importante vetor de contribuição para a cidadania em uma região marcada pelas desigualdades de distintas ordens.

5 Considerações finais

Ao apresentar dados, resultados, efeitos de um programa governamental na área da educação, estamos contribuindo para o movimento mais amplo de políticas públicas baseada em evidências. Por diversas razões, esse tipo de esforço analítico adquire centralidade na agenda de pesquisa na área da Educação, fomentando desde o conhecimento informacional de um programa bastante consolidado do ponto de vista temporal, porém com reduzidos trabalhos aplicados que possam lançar luz sobre possíveis explicações e efeitos em outras dimensões (a exemplo do analfabetismo, desempenho escolar, dentre outros).

A análise descritiva e inferencial sobre a cobertura espacial do PDDE possibilita compreender o mapeamento espacial das escolas públicas atendidas pelo programa numa das regiões mais assimétricas socioeconomicamente do país, a região nordeste. Ademais, foi possível identificar o mapeamento dos repasses financeiros as escolas, considerando-os como importantes vetores de desenvolvimento escolar local, pautado sobretudo, na estratégia de destinação de recursos para manutenção e planejamento de infraestrutura (despesa com capital) escolar. Esse achado é importante, principalmente para a realidade escolar situada

na zona rural, uma vez que busca mitigar os entraves de infraestrutura física nesses espaços, que podem ter implicações no processo de ensino e aprendizagem.

Ao analisar os possíveis efeitos dos repasses financeiros no combate ao analfabetismo entre crianças e jovens, foi novamente possível evidenciar o papel relevante que o PDDE exerce entre os programas governamentais. A consistência do programa, por meio da alocação financeira, contribui para mitigar um dos desafios educacionais ainda presentes, que é o analfabetismo.

Embora este artigo tenha revelado achados importantes sobre um programa consolidado e pouco estudado, observa-se a necessidade de ampliar os estudos comparativos aplicados ao PDDE. Pesquisas com abordagens multimétodos, que integrem diferentes métodos de coleta e análise de dados, poderiam oferecer uma compreensão mais profunda e enriquecida do programa, incorporando tanto dados quantitativos quanto as experiências e percepções das partes envolvidas.

Em síntese, o presente esforço analítico buscou contribuir para a agenda de pesquisa em educação, destacando que o PDDE possui o potencial de melhorar a educação, fortalecer as escolas, promover o envolvimento da comunidade e reduzir desigualdades, impactando positivamente o desenvolvimento socioeconômico na região Nordeste.

Referências

- ADRIÃO, Theresa e PERONI, Vera. Implicações do programa dinheiro direto na escola para a gestão da escola pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 98, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/VDVf7j7jZbdj8X4cz7Pyy4R/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de Execução dos recursos do PDDE**. Brasília, 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/media-pdde/GUIADEEXECUODOSRECURSOSDOPDDEv4FINAL.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Relatórios de Gestão**, Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/relatorios/relatorios-de-gestao>. Acesso em: 25 set. 2023.
- CEOLIN, Alessandra Carla, *et al.* Administração dos Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): um estudo de caso da escola municipal 19 de julho. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO – ADMPG. Anais [...] Ponta Grossa - Brasil, 2018.
- GOMES, Danielly Costa; *et al.* A gestão do Programa Dinheiro Direto na Escola no Estado Pará. **Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade**, v. 8, [s.n], p. 286-292, 2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/acesoinformacao/institucional/legislacao/item/14160resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-5,-de-20-de-abril-de-2021>. Acesso em 27 set. 2023.
- HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política Pública**: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- MAFISSOLI, Andréia da Silva. 20 anos do Programa Dinheiro Direto na Escola: um olhar crítico sobre as interferências na gestão escolar e financeira pública. **Fineduca - Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 5, n. 12, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.17648/fineduca-2236-5907-v5-67555>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/67555/38751>. Acesso em: 26 set. 2023.
- PINHEIRO, Mauricio Mota Saboya. Políticas Públicas baseadas em evidências (PPBEs): Delimitando o problema conceitual. **Texto para discussão**. Rio de Janeiro: IPEA, 2020.

Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9915/1/td_2554.pdf.
Acesso em: 21 set. 2022.

SILVA, Anderson Roberto Pires, *et al.* A gestão dos conselhos escolares a partir dos recursos oriundos do Programa Dinheiro Direto na Escola. **Revista INTERFACE-UFRN/CCSA**, v. 17, n. 2, p. 58-82, 2020. Disponível em: <https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php/interface/article/view/1165/1288>. Acesso em: 15 set. 2023.

VIANA, Mariana Peleje. **O Programa Dinheiro Direto na Escola e a gestão financeira escolar em âmbito nacional.** Tese de Doutorado. 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/69339>. Acesso em: 20 set. 2023.

Informações complementares

Financiamento

Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais. Este artigo foi fruto da pesquisa financiada pelo FNDE, sendo realizada no ano de 2020, pelo eixo Avaliação pertencente ao Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais da região Nordeste (CECAMPE/NE). Trata-se de um centro vinculado a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde foi credenciada como CECAMPE, por meio Edital de Convocação de IFES/2018, cujo extrato foi publicado no D.O.U de 03/10/2018, Seção 3, página 49. O processo de habilitação das IFES foi conduzido pela Comissão Especial de Habilitação, instituída pela Portaria FNDE no 230, de 29 de abril de 2019, e o resultado publicado no D.O.U de 03/06/2019, Seção 03. Em maio do presente ano, a UFPB, por meio da Coordenadora Geral, por meio de e-mail, foi instada a elaborar plano de trabalho, seguindo as instruções enviadas. Tal processo é coordenado pela Coordenação Geral de Apoio à Manutenção Escolar (CGAME), no âmbito do FNDE.

Contribuição de autoria

Concepção e elaboração do manuscrito: Cletiane Medeiros Costa de Araújo; Ítalo Fittipaldi; Saulo Felipe Costa.

Coleta de dados: Cletiane Medeiros Costa de Araújo; Ítalo Fittipaldi; Saulo Felipe Costa.

Análise de dados: Cletiane Medeiros Costa de Araújo; Ítalo Fittipaldi; Saulo Felipe Costa.

Discussão dos resultados: Cletiane Medeiros Costa de Araújo; Ítalo Fittipaldi; Saulo Felipe Costa.

Revisão e aprovação: Cletiane Medeiros Costa de Araújo; Ítalo Fittipaldi; Saulo Felipe Costa.

Preprint, originalidade e ineditismo

O artigo é original, inédito e não foi depositado como *preprint*.

Verificação de similaridades

O artigo foi submetido ao iThenticate, em 29 de janeiro de 2024, e obteve um índice de similaridade compatível com a política antiplágio da revista Pesquisa e Debate em Educação.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa

Não se aplica.

Conflito de interesse

Não há conflitos de interesse.

Conjunto de dados de pesquisa

Dados disponibilizados em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/monitore-o-pdde>.

Utilização de ferramentas de inteligência artificial (IA)

Este artigo não contou com auxílio de ferramentas de inteligência artificial (IA) para redação de nenhuma das seções.

Licença de uso

Os autores cedem à Revista Pesquisa e Debate em Educação os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY\) 4.0 International](#). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

Publisher

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Faculdade de Educação (FACED), Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP). Publicação no Portal de Periódicos da UFJF. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Editor

Frederico Braidá

Formato de avaliação por pares

Revisão duplamente cega (*Double blind peer review*).

Sobre os autores

Cletiane Medeiros Costa de Araújo

Graduada em Ciências Sociais (UFPB). Mestre em Ciência Política (UFPE), Doutora em Ciência Política (UFPE). Atualmente professora do Departamento de Gestão Pública (UFPB). Participa como pesquisadora do Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e Gestão de Programas Governamentais da região Nordeste (CECAMPE/NE), assim como do Núcleo de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável da UFPB (NPDS/UFPB). Desenvolve atividades de ensino e pesquisa na área de Políticas Públicas, com ênfase em análise e avaliação de Políticas Públicas, Desenvolvimento Sustentável e Métodos Mistos. Tem experiência como consultora técnica em avaliação de projetos (especialmente na área educacional), pesquisa de campo e construção de indicadores.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4631642074023466>

Ítalo Fittipaldi

Graduado em Ciências Econômicas (UPE). Mestre em Ciência Política (UFPE), Doutor em Ciência Política (UFPE). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da UFPB. Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais da UFPB. Desenvolve atividades na área de ensino e pesquisa em Políticas Públicas, com ênfase em Métodos Quantitativos, Análise Institucional, e Economia Política. É líder do Núcleo de Pesquisa Aplicada em Políticas Governamentais (NPGOV), grupo de pesquisa com cadastro no CNPq, e pesquisador do Núcleo de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (NPDS) da

UFPB. Tem experiência em análise e avaliação de políticas públicas, e atuando como consultor técnico em avaliação de projetos e construção de indicadores.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7626654802346326>

Saulo Felipe Costa

Graduado em Ciências Sociais (UPPB). Mestre em Ciência Política (UFPE), Doutor em Ciência Política (UFPE). Bolsista Pós-Doutorado no Programa de Relações Internacionais (UEPB). Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (UFPB). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Políticas Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: economia política, ciclos eleitorais, gastos governamentais, desigualdade, capacidade institucional e ferramentas estatísticas.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8732969785113078>